

Breve descrição

A iniciativa voltada a populações em situação de vulnerabilidade, com especial atenção a pessoas negras, com deficiência, idosas, migrantes, LGBTI e indígenas, tem como objetivo o aperfeiçoamento de campos cadastrais nos sistemas eletrônicos geridos pelo DMF/CNJ e seu correto preenchimento pelas instâncias cabíveis, conferindo mais visibilidade às particularidades desses grupos e produzindo dados que permitam a elaboração de diretrizes específicas, fomentando políticas judiciárias e ações que combatam desigualdades estruturais. Deve-se considerar, ainda, a acessibilidade aos sistemas para pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Decretos nº 5.296/2004 e nº 6.949/2009).



Entrega principal

Uniformização dos campos cadastrais, saneamento dos cadastros dos sistemas eletrônicos do DMF/CNJ e manual de preenchimento dos sistemas DMF/CNJ em relação aos quesitos de identificação de grupos em situação de vulnerabilidade.



Ações previstas

- Diagnóstico dos sistemas do DMF/CNJ para avaliação dos quesitos raça, etnia, acessibilidade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e situação de migrante, com foco na localização de campo indicativo, no seu formato, se obrigatório o preenchimento, níveis de acesso dos dados e possibilidade de emissão de relatórios
- Identificação dos requisitos da etapa de aprimoramento dos sistemas eletrônicos
- Saneamento dos sistemas eletrônicos DMF/CNJ para contemplar os quesitos e funcionalidades mapeadas
- Normativa sobre o preenchimento desses quesitos nos sistemas eletrônicos do DMF/CNJ
- Elaboração e publicação do manual orientador do preenchimento dos quesitos em todos os sistemas eletrônicos DMF/CNJ
- Estratégia voltada à disseminação do conhecimento e capacitação para os usuários

PRODUTOS E ENTREGAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DMF e PNUD

- Diagnóstico dos sistemas DMF/CNJ para avaliação dos quesitos raça, etnia, acessibilidade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e situação de migrante
- Aprimoramento dos sistemas eletrônicos do DMF/CNJ
- Normativa sobre sistemas
- Elaboração e publicação do manual para preenchimento
- Disseminação do conhecimento e capacitação para os usuários

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

VEPs, VEPMAs, VIJs, Varas Criminais e Núcleos ou Varas especializadas em Audiências de Custódia:

- Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais articulados para divulgação do material e aplicação do conteúdo
- Emprego dos parâmetros do manual para qualificar o preenchimento dos sistemas eletrônicos DMF/CNJ nos quesitos referentes às populações em situação de vulnerabilidade



FAZENDOJUSTIÇA

Conselho Nacional de Justiça

GESTÃO E AÇÕES TRANSVERSAIS

Sistemas Eletrônicos do DMF e as Populações em Situação de Vulnerabilidade

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR



FAZENDOJUSTIÇA



CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

